

A narcoguerrilha na fronteira amazônica: uma questão de soberania e integridade territorial¹

*Amadeu Martins Martu**

RESUMO

O artigo nos dá uma visão panorâmica sobre a guerrilha, sobretudo na Amazônia, com seus reflexos em relação à soberania nacional e integridade territorial do nosso País, ao tempo em que aprecia as estratégias dos EUA e do Brasil para combatê-la ou neutralizá-la. (Matéria extraída de monografia elaborada como pré-condição para obter o diploma do Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME.)

PALAVRAS-CHAVE

Narcoguerrilha, narcotráfico, região amazônica.

Amazônia e Narcotráfico são dois temas de particular relevância na agenda internacional. O primeiro pelo valor que representa para a humanidade; o segundo pela ameaça à segurança interna dos países. O narcotráfico aparece como ameaça herdada do último século, um crime transnacional de características transfronteiriças, cometido por organizações que operam de modo a tor-

nar irrelevantes os conceitos de Estado e soberania nacional.

Com mais de 11 mil quilômetros de fronteira e 6,5 milhões de quilômetros quadrados de extensão, a Amazônia constitui um grande vazio demográfico, onde os descaminhos do narcotráfico encontram propício terreno para suas atividades ilícitas. Para agravar ainda mais esse quadro, a Amazônia brasileira faz fronteira com sete

* Major de Artilharia.

¹ Selecionado pelo PADECEME (NR: artigo elaborado antes da ação das Forças Armadas Colombianas na área desmilitarizada, ocorrida no início de 2002).

países sul-americanos, dentre os quais Peru, Bolívia e Colômbia, onde está implantado o núcleo do problema.

O narcotráfico estabelece diversas ramificações, destacando-se sua associação a grupos guerrilheiros (narcoguerrilha). Na América do Sul esse fenômeno está mais caracterizado na Colômbia e exerce influência regional, com reflexos no Brasil, particularmente na Amazônia brasileira.

A questão da soberania e da integridade territorial, da mesma forma, não pode ser condicionada ao estudo restrito dos delitos fronteiriços cometidos pela narcoguerrilha. Os novos conceitos de soberania, que permeiam as relações internacionais entre países, são uma realidade da nova ordem mundial e devem ser explorados quando se trata do narcotráfico.

O CENÁRIO MUNDIAL

Na nova ordem mundial, o discurso do mundo desenvolvido para o periférico, no qual se encontra o subcontinente sul-americano, apóia-se na globalização, na desestatização, na economia liberada e na democratização. Nesse contexto, são reexaminados o papel do Estado e os conceitos tradicionais de soberania. O mundo convive hoje com as chamadas *novas ameaças* de classificação polêmica e distinta nos diferentes países.

As nações desenvolvidas, em especial os Estados Unidos da América (EUA), apontam a proliferação de armas de destruição em massa, ressaltam as dificuldades de transição na China e na Rússia, os conflitos étnicos nacionalistas, o rearmamento, o terrorismo, o narcotráfico, o fundamentalismo islâmico, as migrações ile-

gais, o comprometimento do meio ambiente e o crime organizado como riscos à sua estabilidade econômica, social e política. A conjuntura mostra que tais ameaças aos países desenvolvidos têm provocado a adoção de novas medidas no cenário internacional, visando a padronizar a forma de agir dos países periféricos, segundo os interesses das grandes potências.

O NARCOTRÁFICO

O entendimento dessa *nova ameaça* que vem norteando os interesses dos EUA para ações no subcontinente sul-americano necessita uma visão mais ampla da problemática, antes de particularizar o seu desenvolvimento e atuação na América do Sul, em especial nas áreas lindeiras à Amazônia brasileira.

No contexto do continente americano, encerra-se o terreno propício ao narcotráfico. De um lado, na América do Sul, estão os maiores produtores mundiais de cocaína; do outro, na América do Norte, o grande consumidor, o qual também é grande produtor de *precursores químicos*. Esse cenário de ameaça à estabilidade econômica, política e social levou os EUA a delinear uma grande estratégia, incluindo medidas tanto contra a oferta quanto contra a demanda. Dentro dela está a preocupação com a produção de coca, que abastece o mercado americano e que tem como origem a produção sul-americana.

A NARCOGUERRILHA, O NARCOTRÁFICO E A FRONTEIRA AMAZÔNICA

É incontestável a influência da narcoguerrilha nos países fronteiriços da região

amazônica, e a Amazônia ocidental brasileira faz fronteira com os maiores produtores de cocaína do mundo. As ações de repressão às guerrilhas no Peru conseguiram contê-las e, hoje, apenas pequenos grupos terroristas, fazendo-se passar por ex-integrantes do Sendero Luminoso ou Tupac Amaru, já extintos, disseminam a idéia de sua associação ao narcotráfico.

Na década de 1990, foi seguida a estratégia norte-americana denominada *Estratégia Andina*, e seu alinhamento com estratégias regionais levou à participação das suas forças armadas no combate ao narcotráfico, até 1996.

Ações eficazes contra o narcotráfico no Peru e na Colômbia têm levado à criação de novas rotas de tráfico. Os traficantes têm escolhido o território brasileiro como rota alternativa. Outra evidência crescente tem sido o processamento de cocaína em laboratórios junto às fronteiras internacionais da Amazônia, diminuindo, para os traficantes, os riscos de interceptação.

A cultura da coca é um dos principais componentes políticos que regem os países andinos. A Confederação Sindical de Camponeses Produtores de Folha de Coca é uma organização de cunho político-sindical que controla a produção e comercialização da folha de coca, congregando cerca de 800 sindicatos, 70 centrais e 9 federações. Nesse contexto, os governos têm colocado em prática uma estratégia denominada *Plan Dignidad* que também se alinha à *Estratégia Andina* dos EUA, de quem recebe apoio.

Só nos últimos três anos, o programa de erradicação da coca reduziu a área cultivada em mais de 70%. Já as atividades de refino e produção da cocaína encontram-se, hoje, junto às fronteiras internacionais

da Amazônia, onde as ações de governo são mais difíceis e o acesso aos precursores químicos é mais fácil. Nesse contexto está o Brasil, como importante fornecedor desses últimos produtos e como consumidor da cocaína produzida. Em face dessa situação, espera-se receber ajuda dos EUA e de países europeus para dar continuidade à estratégia intitulada *Coca Zero*.

A Colômbia, hoje, é um capítulo a parte no que se refere ao narcotráfico. O combate realizado pelos outros países andinos fez potencializar o fenômeno da produção de drogas nesse país. Tomou ainda maior impulso com a associação do narcotráfico à guerrilha, dando origem a outro fenômeno chamado *narcoguerrilha*. Os movimentos guerrilheiros que mais se destacam são: a Força Armada Revolucionária da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

As FARC se organizam em *blocos e frentes* que cobrem quase todo o território colombiano. (Fig. 1) Calcula-se que, ao todo, possuam 20 mil guerrilheiros organizados em 7 blocos e 63 frentes, das quais 33 diretamente envolvidas com o narcotráfico. As áreas de maior importância para as FARC estão na região centro-sul do território colombiano, junto aos departamentos de Putumayo, Caquetá, Meta e Guaviare, onde se encontram as zonas de maior produção de coca. (Fig. 2) Na fronteira com o Brasil estão os departamentos de Amazonas, Vaupés e Guainia. (Fig. 3) Controlam essa região uma frente em Vaupés e 16, em Vinchada. Ela é considerada região secundária no que se refere ao narcotráfico e à guerrilha.

Os precursores usados no refino da coca têm diversas origens e portas de entrada. No entanto, os maiores fornecedores têm



Figura nº 1 – Desdobramento estratégico das FARC

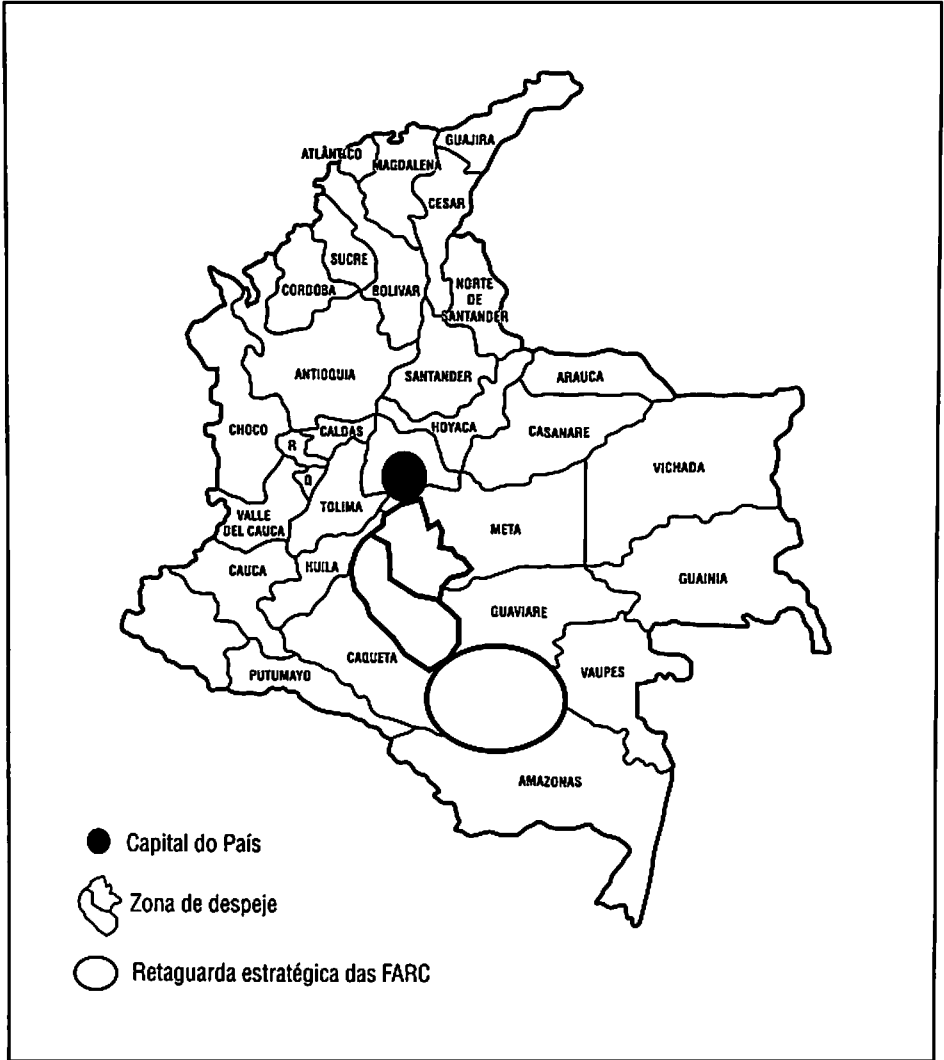


Figura nº 2 – Áreas estratégicas das FARC



Figura nº 3 – Áreas de maior importância para as FARC

sido os EUA, com mais de 50% do total importado pelo tráfico na Colômbia.

Nos últimos anos o Governo da Colômbia tenta chegar a um acordo com as FARC, a qual exigiu reformas no Estado e o estabelecimento de uma área desmilitarizada, intitulada *zona de despeje*² no sul do território colombiano e com uma área aproximada de 42 mil km².

Sem muitos resultados, o Governo colombiano estabeleceu uma nova estratégia para reconstrução do país, consubstanciada no *Plano Colômbia*, intensamente explorado na mídia internacional e de interesse para os países vizinhos da região.

O custo de implementação do plano está estimado em mais de 7,5 bilhões de dólares. O Governo dos EUA, dentro da *Estratégia Andina* e com autorização do Senado, estabeleceu um pacote de ajuda ao *Plano Colômbia* no valor de 1,6 bilhão de dólares.

As operações militares antinarcotráfico contarão com um Centro de Operações Conjuntas com comunicação direta com o DEA, a CIA, o FBI e o próprio Pentágono nos EUA.

Não há dúvida de que a proximidade do Brasil, em particular da Amazônia brasileira, com os três maiores produtores de coca do mundo, traz influências negativas para o País.

Ultimamente o Brasil tem sido apresentado da seguinte forma com relação ao tráfico internacional de drogas: é considerado um país de trânsito para as drogas produzidas nos países limítrofes, em especial a

Colômbia, com destino aos grandes mercados consumidores; a amazônia brasileira é utilizada como área de circulação para a pasta base de cocaína; ele fornece insumos químicos utilizados no processamento de drogas; é praça de *lavagem de dinheiro*³ e mercado de consumo de substâncias tóxicas.

Tem sido constatadas inúmeras atividades ilícitas na fronteira amazônica, que abarcam a narcoguerrilha, o tráfico de drogas, o contrabando de armas e, até, ações contra o meio ambiente.

Na região da *Cabeça do Cachorro*⁴, fronteira com a Colômbia, a principal influência é do chamado *Cartel de Leticia* e da Frente Nº 1 das FARC. Na área foram encontrados pequenos cultivos de folha de coca, laboratórios rústicos para processamento da cocaína e pistas de pouso clandestinas localizadas em ambos os lados da fronteira. O município de São Gabriel da Cachoeira é o centro de maior expressão da região.

A região do Alto Solimões é caracterizada pela tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Colômbia. Ali, o tráfico de drogas é realizado por via fluvial e aérea. Os municípios da região sofrem influências negativas do tráfico de drogas e da guerrilha colombiana. A falta de condições adequadas de vida das pessoas diante da conjuntura regional tem contribuído para esse cenário.

Bastante importante no local é a área chamada *Trapézio Amazônico Colombiano*⁵, onde estão instalados laboratórios de refino de pasta base de cocaína (PBC). Nessa área, os traficantes são apoiados pelas

² Região localizada no centro da Colômbia, onde as FARC têm autonomia, sem intervenção das forças federais colombianas.

³ Transformação do dinheiro proveniente das atividades ilícitas em moeda lícita, usável no mercado mundial.

⁴ Fronteira do Brasil-Colômbia localizada no alto do Rio Negro, cujos limites têm a forma da cabeça de um cachorro.

⁵ Área geográfica entre o Rio Putumayo e Solimões e que anteriormente pertenceu ao Peru.

FARC. O ponto focal do tráfico é o triângulo Tabatinga, Benjamin Constant, do lado brasileiro, e Letícia, do lado colombiano, onde atua o Cartel de Letícia ou grupo Rivera como é conhecido.

Pela calha do Rio Javari, divisa com o Peru, a PBC peruana chega até Tabatinga e Letícia. A PBC e a cocaína também chegam ao Brasil vindas de Iquitos, no Peru, através do Rio Solimões e, daí, passam para a Colômbia.

Além dos rios, o transporte aéreo é intensamente utilizado com o apoio de pistas clandestinas junto à fronteira em território brasileiro. Essa prática tem aumentado devido a ajuda dos EUA ao Peru à Colômbia e à Bolívia para a implementação de um sistema de monitoramento aéreo.

Os três países possuem leis que permitem o abate de aviões em voo, o que levou à alteração das rotas, usando o território brasileiro. Só o Peru, nos últimos dez anos, derrubou vinte aviões suspeitos de tráfico de drogas. O número de aviões derrubados junto à fronteira tem aumentado. Em 2000, três aviões, com registros brasileiros, foram destruídos pelo Peru.

Entre nós, os registros de incidentes com a guerrilha colombiana são escassos e recentes. Um único enfrentamento entre a guerrilha colombiana e tropas do Exército Brasileiro ocorreu em 1991, quando cerca de quarenta homens das FARC atravessaram a fronteira do Brasil com a Colômbia, no Rio Traira, e atacaram um pelotão brasileiro, matando três soldados e ferindo outros nove. Outro incidente ocorrido foi quando o Exército colombiano violou a fronteira brasileira na *Cabeça do Cachorro*, para rechaçar um ataque guerrilheiro à cidade colombiana, Mitu.

Além desses principais incidentes, as FARC têm violado a fronteira na busca de abastecimento logístico, como remédios e comida. Nessa situação, os guerrilheiros, ao atravessarem a fronteira, se confundem com os narcotraficantes.

A POLÍTICA DOS EUA NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO

Os EUA têm baseado sua luta em alternativas como atacar a oferta, suprimir a demanda, legalizar o comércio das drogas etc. A estratégia 1999-2007 estabelece cinco metas principais: prevenir o abuso das drogas mediante programas de orientação, educação, prevenção e publicidade; aumentar a segurança dos cidadãos; reduzir os danos sociais; impedir o ingresso de drogas e a eliminar as fontes produtoras nacionais e do exterior.

Os esforços para eliminar as fontes produtoras foram os de maiores reflexos para a América do Sul.

A iniciativa, como já foi relatado, ficou conhecida como *Estratégia Andina*, que enfatizava o uso das forças armadas dos países produtores na luta contra o narcotráfico.

Os EUA ainda desenvolvem um *processo de certificação* para os países considerados cooperativos no combate às drogas. Essa classificação é realizada de acordo com o *International Narcotics Central Strategy Report (INCR)*, do Departamento de Estado dos EUA.

O relatório é apresentado ao Congresso dessa nação e, da sua avaliação, o presidente decide a certificação ou não dos países no combate às drogas. Caso a certificação não seja outorgada, o país estará sujeito a diferentes modalidades de sanções, tais como a suspensão de assistência, de financia-

mentos, de empréstimos das agências multilaterais de crédito e de isenções aduaneiras e tributárias pelos EUA.

No caso do Brasil, considerado basicamente país de trânsito, produtor de precursores químicos e consumidor, a política norte-americana busca influenciar a opinião de segmentos da sociedade e do Governo brasileiro no tocante ao uso das Forças Armadas no combate direto ao narcotráfico. Já atuam no Brasil, com autorização do Ministério das Relações Exteriores (MRE), agentes da *Central Intelligence Agency (CIA)* e da *Drug Enforcement Administration (DEA)*.

O DEA, no ano 2000, projetou as seguintes perspectivas para o Brasil: expansão do tráfico de drogas dada à dificuldade de controlar as fronteiras com os países produtores; aumento da lavagem de dinheiro; crescimento do volume de droga enviado ao exterior e ampliação, nas áreas remotas do interior, da instalação de laboratórios de cocaína.

A política americana enseja cuidados por parte dos países-alvo, a fim de delinear perfeitamente o limite entre a cooperação e a ingerência externa; entre a soberania nacional e a relativa.

A ESTRATÉGIA BRASILEIRA

A Amazônia brasileira é hoje objeto de grande preocupação quanto à cobiça internacional. Não se trata de contemplar

qualquer hipótese de conflito ou guerra de conquista e, sim, estar atento às ameaças concretas na mudança substancial do conceito de Soberania Nacional e o decorrente direito de ingerência.

Algumas vezes, tais questões agridem a Soberania Nacional e têm sido realizadas em nome de algumas teorias desprovidas de respaldo por parte do Direito Internacional. Dessa forma não é possível desprezar o narcotráfico e seus ilícitos correlatos, quando se fala de Amazônia brasileira e Soberania Nacional.

As ameaças à Soberania brasileira, advindas da narcoguerrilha e do narcotráfico na Amazônia, merecem dois enfoques: o da Soberania Interna e o da Externa.

O primeiro está relacionado ao controle da fronteira ocidental da Amazônia. A situação atual mostra o quão permeável ela é ao tráfico, à migração de laboratórios, à guerrilha e aos outros crimes correlatos. Os diversos programas de combate ao narcotráfico desenvolvidos pelos países fronteiriços daquela região têm agravado o problema e poderão elevar-se com a recente implantação do *Plano Colômbia*.

O segundo enfoque está inserido no contexto dos novos conceitos de soberania e ingerência e está diretamente relacionado com o primeiro. Quanto maior for o comprometimento da Soberania Interna, maiores serão as pressões externas para a aplicação do chamado *Dever de Ingerência*, afetando a Soberania Nacional.

*No caso do Brasil,
considerado basicamente país
de trânsito, produtor de
precursores químicos e consumidor,
a política norte-americana busca
influenciar a opinião de segmentos
da sociedade e do Governo
brasileiro no tocante ao uso das
Forças Armadas no combate
direto ao narcotráfico.*

A *Estratégia Brasileira* frente a essas ameaças engloba programas, projetos e ações. Sua concepção não se caracterizou ao longo do tempo, por seguir metodologias ou profundos estudos prospectivos. Estabeleceu-se muito mais por ações reativas do que pró-ativas, quase sempre à mercê dos descompassos políticos, da instabilidade econômica e das pressões externas.

Como destaque dessa *Estratégia* pode-se ressaltar:

- Programa Calha Norte (PCN), que é um planejamento integrado de ação governamental para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico da área e a sua conseqüente integração ao restante do País. O programa teve início em 1985.

Apesar dos obstáculos, o PCN conseguiu criar condições de progresso e bem-estar para a população, particularmente de 1986 a 1990, quando os recursos chegaram a atingir, só em 1989, mais de 47 milhões de dólares.

A partir de 1993 e, em especial, após 1995, o Programa deixou de merecer a devida atenção, chegando, em 1998, a apenas 2,4 milhões de dólares e, em 1999, ao inexpressivo montante de 750 mil dólares. Hoje, o PCN integra o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

Ao longo de 15 anos de funcionamento, o Programa ressentiu-se da alocação de recursos, o que parece estar mudando a partir de 2000, quando foram alocados 29 milhões de reais.

O SIVAM constituiu-se na infra-estrutura técnica e operacional de um programa maior, o SIPAM, com a função de inte-

grar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais que atuam na Amazônia (FUNAI, IBAMA, Polícia Federal, Forças Armadas etc.) a fim de potencializar as políticas públicas estabelecidas, dando ao Governo brasileiro as informações necessárias à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região.

Quando em operação, permitirá detectar e guiar aeronaves em perigo ou acidentadas, vigiar as fronteiras, monitorar o tráfego aéreo e fluvial, ajudando a combater atividades ilegais. Questões polêmicas envolveram o projeto, como, por exemplo, a real capacidade de cobertura do espaço aéreo. Na verdade, os radares terrestres têm limitação na detecção de vôos à baixa altura. De qualquer forma, o SIVAM conta com radares móveis, instalados a bordo de aeronaves EMBRAER RJ-145, que complementarão a vigilância aérea, amenizando essa deficiência.

A Secretaria Nacional Antidrogas - (SENAD) é o órgão do governo, criado em 1998, que integra todas as atividades de prevenção e repressão ao tráfico ilícito, ao uso indevido, à produção não-autorizada de entorpecentes e drogas e às atividades de recuperação de dependentes.

A Política Antidrogas Brasileira tem como uma das metas proteger as fronteiras terrestres, aéreas, marítimas e fluviais da entrada da droga no País. Nessa meta, estão inseridas as ações de interesse para a fronteira amazônica como: intensificar as operações de detecção, bloqueio e apreensão de drogas em trânsito; desenvolver cooperação bilateral e multilateral com os países produtores; equipar e instruir adequadamente a Polícia Federal (PF) para o policiamento da

fronteira com vistas ao narcotráfico; e reforçar o controle dos precursores químicos.

O Brasil tem adotado passos importantes, que, mesmo não consubstanciados em programas ou políticas, têm corroborado, no sentido estratégico, a manutenção da soberania e integridade da fronteira amazônica.

Um dos mais importantes foi à instauração da *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico*, em abril de 1999, destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico no Brasil. A corrupção do narcotráfico, segundo o relatório final, não se limita ao suborno ou à influência política. Não é raro que agentes do Poder Público façam parte da própria estrutura da organização criminosa; não menos raro são os casos em que agentes do Poder Público favoreçam o seu funcionamento. Como conclusão, a CPI apresentou a proposta de que seja constituída, pelos três Poderes, uma Comissão Processante Permanente.

Na área jurídica, importante passo foi dado com a alteração da Lei nº 7.656, de 19 de dezembro de 1986, para incluir a hipótese de destruição de aeronave. No novo corpo da lei foi acrescido o seguinte parágrafo: *Esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeita à medida de destruição, ..., após autorização do Presidente da República ou autoridade por ele delegada.*

A nova lei, já em vigor desde março de 1998, ainda depende de regulamentação para a implementação das regras de

*engajamento*⁶. De qualquer forma, representa um grande avanço legal para combater os ilícitos na fronteira amazônica, em particular o narcotráfico.

As medidas aqui relacionadas, o que se chamou de *Estratégia Brasileira*, não encerram todas as medidas e ações consoantes com a proteção e desenvolvimento da Amazônia brasileira. No entanto, são aquelas mais diretamente ligadas à problemática do narcotráfico e da narcoguerrilha.

A sinergia de todas essas medidas, se operacionalizadas, garantirão a dissuasão necessária para contrapor-se às ameaças à Soberania Nacional Interna ou Externa e ao *Direito de Ingerência*, além de sensibilizar a opinião pública e a comunidade internacional.

UMA APRECIÇÃO

O objetivo deste item é aproveitar a análise realizada anteriormente⁷, onde os aspectos essenciais da problemática foram abordados, e formular uma *apreciação*, despretensiosa de esgotar o tema em questão.

• Características da fronteira

A fronteira amazônica caracteriza-se pela sua grande extensão, cobertura vegetal onde predomina a floresta, grande vazão demográfico e limitada rede viária. Essas características facilitariam, por um lado, o homizio de guerrilheiros e traficantes e a instalação de laboratórios junto à fronteira; por outro, dificultaria os grandes deslo-

⁶ Regras que definem, em detalhes, em que situação a aeronave poderá ser abatida.

⁷ Conhecimento resultante de raciocínio elaborado e que expressa a opinião do analista quanto às situações ou fatos passados ou presentes, ou de um futuro imediato.

camentos e transportes por terra. Ainda que a região seja bem servida por rios, nem todos possibilitariam sua utilização para grandes transportes. Os departamentos de Vaupés, Amazonas e Guainia, na Colômbia, possuem extensas faixas de florestas junto à fronteira com o Brasil, o que dificulta o acesso ao território brasileiro.

Outra característica da região fronteira, do lado brasileiro, é a altitude e qualidade do solo, que, segundo especialistas, inviabilizariam o plantio da folha de coca com um retorno economicamente rentável.

• Tráfico na fronteira

O tráfico na fronteira com a Colômbia não chega a ser preocupante. A quantidade de droga já apreendida nos municípios da região, quando comparada à produção colombiana, é inexpressiva. Não se deve confundir, porém, o tráfico junto à fronteira com aquele praticado em pistas de aterragem clandestinas, atividade que caracteriza o Brasil como um *país de trânsito*. Mesmo em pequena quantidade, o tráfico nos municípios junto à fronteira em conjunto com outros ilícitos pode corromper a economia e os poderes locais.

Na divisa com a Bolívia a situação é diferente, pois é desse país a principal origem da cocaína consumida internamente no Brasil. A ameaça às cidades e municípios junto à fronteira, nesse caso, é ainda maior.

• Combate ao plantio de coca no Peru e na Bolívia

O combate ao plantio nesses países, particularmente na última década, tem efetivamente diminuído os hectares de

plantação de coca. Por outro lado, tem gerado problemas sociais que afetam a governabilidade.

Associando esse cenário à situação econômica difícil de ambos países, o quadro poderia ser de retorno à produção de coca, caso a ajuda externa termine.

• Dependência econômica dos países produtores

O enfoque para esse fator merece duas apreciações: a da dependência externa e a da dependência do narcotráfico.

A primeira caracteriza-se pela grande ajuda recebida de outros países, sendo a principal a dos EUA. Sem esta, seria impossível manter a repressão às drogas. A ajuda norte-americana, no entanto, é condicionada a compromissos assumidos em acordos bilaterais.

Esse tipo de dependência expõe os países às ações coercitivas que poderão afetar a Soberania Nacional em prol do Direito de Ingerência.

A segunda dependência está ligada à economia invisível das atividades ilícitas, que movimenta milhões de dólares, ocasionando um aparente crescimento da atividade econômica. Inicialmente o sucesso no combate ao narcotráfico poderá causar profunda depressão econômica nesses países, que não poderá ser preenchido, em curto prazo, por nenhuma outra atividade.

• Diminuição da produção de cocaína no Peru e na Bolívia

Como já foi relatado, a diminuição da produção de cocaína nesses países foi substancial nos últimos anos. A demanda

dos países consumidores, todavia, não tem diminuído na mesma proporção. Alguns fatos explicam esse fenômeno ocorrido na última década, segundo divulgou o último relatório da ONU:

– a produção de cocaína no continente tem diminuído, elevando o preço final ao consumidor. O que quer dizer que os lucros finais do produto se mantêm, incentivando as atividades ilícitas ligadas ao narcotráfico;

– um outro aspecto importante foi a migração da produção para a Colômbia, o que elevou seu potencial de produção de 230 toneladas, em 1995, para 520 toneladas, em 1999.⁸

Os aspectos mencionados agravam ainda mais a situação colombiana no combate às drogas e a sua conexão com a guerrilha. Com maior produção e melhores preços, o nível de corrupção tenderia a aumentar, contaminando a sociedade, as instituições e os poderes constituídos.

• Plano Colômbia

Com ajuda internacional, a Colômbia passará a implementar um audacioso plano de combate às drogas.

Seus países fronteiriços aguardam as repercussões e reflexos, principalmente das ações militares de repressão ao cultivo da coca. Nesse contexto, pode-se inferir que os países mais afetados seriam o Equador e a Venezuela, nesta prioridade. Tanto pela proximidade com as áreas de maior produção na Colômbia como pelas ligações físicas da

fronteira com esses países. Dentre os principais reflexos, pode-se inferir que:

– o combate ao narcotráfico implicará enfrentamento da guerrilha, uma vez que as ações militares se iniciarão nos Departamentos de Putumayo e Caquetá, onde estão importantes frentes das FARC ligadas ao narcotráfico;

– seria possível uma forte resistência das FARC, o que poderia elevar demasiadamente a violência, com reflexos no fórum internacional, no importante tema dos Direitos Humanos;

– a consequência dessa última possibilidade seria a condenação do *Plano Colômbia* por parte da ONU e, principalmente, por parte do Congresso estadunidense. O Governo americano sairia enfraquecido e a guerrilha *tomaria um novo fôlego*;

– haveria uma natural migração de cultivos de coca, dos laboratórios de produção da cocaína e da própria guerrilha. Nesse contexto, os países fronteiriços seriam os mais ameaçados.

No caso particular do Brasil podem-se citar os seguintes reflexos do *Plano Colômbia*:

– imigração clandestina e desordenada na faixa de fronteira, inclusive de refugiados;⁹

– presença de *deslocados*¹⁰ colombianos nas cidades e municípios brasileiros junto à fronteira;

– confronto com a população indígena brasileira, com violação de suas áreas protegidas e conseqüente repercussão mundial;

⁸ Dados da Comissão Interamericana para o controle do abuso de drogas (CICAD/OEA)

⁹ Civil que, por motivo de perigo real, procura segurança em outro lugar, dentro do próprio país.

¹⁰ Civil que devido à guerra está, voluntária ou involuntariamente, fora dos limites do seu país.

– presença de grupos guerrilheiros em nosso território, procurando local de homizio;

– violação da linha de fronteira, em situação como, por exemplo, de perseguição;

– maior envolvimento da população fronteiriça com os ilícitos do narcotráfico;

– deslocamento de laboratórios de produção da PBC;

– aumento do tráfico de armas para as guerrilhas colombianas, partindo da fronteira;

– deslocamento do plantio de coca para o Brasil, embora de pouca probabilidade, como já foi mencionado;

– danos ao meio ambiente decorrentes do incremento da fumigação nas cabeceiras dos rios que formam a Bacia Amazônica;

– contaminação das atividades econômico-financeiras nos núcleos urbanos da Região Norte, principalmente no que concerne à lavagem de dinheiro;

– possibilidade de uma maior pressão norte-americana no sentido de que o Brasil envolva-se militarmente no processo.

As repercussões do Plano Colômbia irão requerer, por parte das autoridades brasileiras, mais ações de caráter policial do que militar propriamente dita.

• Política antidrogas dos EUA

A política americana de combate às drogas incrementou a sua influência política e econômica no subcontinente sul-americano. O apoio prestado se por um lado é fundamental, por outro causa uma

forte dependência econômica e sujeita os países a medidas coercitivas e a processos de certificação, além de ser uma boa oportunidade para a venda de equipamentos militares aos países da América do Sul.

Não se pode perder de vista que os EUA são os *grandes consumidores* e, como tal,

grandes responsáveis no processo. No entanto, as medidas internas adotadas não são compartilhadas, não sofrem ingerências ou pressões externas e nem são sujeitas a credenciamentos.

Por outro prisma, poder-se-ia dizer que os EUA, paradoxalmente, estariam finan-

ciando uma *Guerra Civil* na Colômbia. Se por um lado financiam as forças legais colombianas, vendendo armas e dando treinamento, por outro, sendo grandes consumidores da droga, financiam também a guerrilha.

O Projeto SIVAM, quando em pleno funcionamento, ressentir-se-á de radares especificamente voltados para a detecção de vôos de baixa altura, mesmo com os instalados em plataformas aéreas. A solução seria a colocação de radares terrestres para esse fim, mas a sua utilização é contestada por especialistas que afirmam haver os perigos decorrentes para a flora, fauna e a própria vida humana, como já vem sendo denunciado em Porto Rico. A questão é saber até que ponto não haveria interesses internos e externos em manter deficiente o controle da detecção a baixa altura.

O Programa Calha Norte vai ao encontro das principais ações necessárias à

Poder-se-ia dizer que os EUA, paradoxalmente, estariam financiando uma Guerra Civil na Colômbia. Se por um lado financiam as forças legais colombianas, vendendo armas e dando treinamento; por outro, sendo grandes consumidores da droga, financiam também a guerrilha.

manutenção da integridade da fronteira, por meio de uma proposta de desenvolvimento sustentável e da integração do arco fronteiriço ao restante da Região Norte e do País. O Programa, no entanto, esbarra na falta de recursos a ele destinados, seja por desinteresse político, seja por insuficiência orçamentária.

A regulamentação da *Lei de Destruição*, estipulando regras de engajamento, incrementaria em muito o combate ao narcotráfico na fronteira, tanto pela dissuasão, quanto pelas ações de abate de aeronaves. Entretanto, a deficiência do projeto SIVAM na capacidade de detecção de vôos a baixa altura, além de dificultar tal procedimento, poderia, ainda, levar a um erro cujas repercussões seriam desastrosas.

No tocante à Política Antidrogas Brasileira, de responsabilidade do CONAD e da SENAD, nota-se que a tendência atual é reforçar o combate ao consumo indevido das drogas, em detrimento das outras atividades. Normalmente eram destinados cerca de 75% da verba total para as ações de combate ao tráfico e à produção. Já para o ano 2001, segundo o Ministro da Justiça, o objetivo teria sido inverter essas proporções. Os reflexos dessa nova tendência poderão dificultar o combate ao narcotráfico e suas ramificações, junto à fronteira amazônica, bem na ocasião em que o *Plano Colômbia* será posto em execução.

A criação da SENAD, a médio e longo prazos, com aporte de recursos ponderáveis, poderá dar um novo perfil à segurança pública, que, hoje, com dificuldades salariais, formação deficiente e envolvida em corrupção, agrava o processo, em especial nas fases de crise econômica.

CONCLUSÃO

A proposta principal deste artigo foi dar ao leitor uma visão panorâmica sobre a narcoguerrilha na fronteira amazônica e seus reflexos para a questão da Soberania e da Integridade Territorial.

Para tanto, foi necessário ampliar o enfoque da análise, uma vez que as características transnacionais e transfronteiriças da problemática não admitem particularizar o seu estudo ou restringir a sua área de atuação.

No Continente Americano, os grandes protagonistas identificados são: de um lado, os EUA como grandes consumidores e orquestradores da política continental de combate ao narcotráfico; de outro, os grandes produtores de cocaína existentes no sul do continente.

Desses últimos, onde o estudo foi mais aprofundado, apreende-se que: no caso da Bolívia e do Peru a estratégia de combate ao narcotráfico, com forte apoio norte-americano, obteve bons resultados. Já no caso da Colômbia, a análise mostra um perfil diferente. A repressão às drogas no Peru e na Bolívia fez migrar para a Colômbia o plantio de coca e a produção de cocaína.

As diferenças, no entanto, não param por aí. A Colômbia convive ainda com outro fenômeno de iguais proporções: a guerrilha.

Enquanto isso, os EUA vão cumprindo as suas metas: reduzem a produção de cocaína; estabelecem forte influência política, econômica e militar na região; e elevam o seu *status* de nação hegemônica no continente americano.

A *Estratégia Andina* trouxe repercussões para o Brasil. A repressão ao narco-

tráfico nos países vizinhos incrementou os ilícitos na fronteira e agravou o perfil brasileiro como país de trânsito das drogas com destino à Europa e aos EUA.

Um único incidente de vulto registrado com a guerrilha colombiana demonstra bem a diminuta ameaça que ela representa às fronteiras brasileiras e menos ainda à Soberania Nacional.

A grande ameaça e desafio à Soberania fica por conta da contaminação que o narcotráfico, vestido ou não de narcoguerrilha, pode proporcionar às cidades e municípios da fronteira, corrompendo o sistema econômico, as instituições e os poderes constituídos.

A estratégia brasileira esbarra em dificuldades políticas e econômicas. As políticas, embora de difícil superação, são de controle quase que totalmente interno, ou seja, são suscetíveis às ações do poder decisório do País. As dificuldades econômicas, por sua vez, estão à mercê da dependência externa e nas mãos dos países desenvolvidos.

Desta apreciação, é possível detectar os principais óbices à soberania nacional

e a integridade territorial. O mais importante é que o Brasil estabeleça uma postura ativa em face do problema.

Para tanto, será necessário que os tomadores de decisão do País analisem cada cenário possível e estabeleçam ações capazes de tornar o futuro favorável ao Brasil, ou no mínimo amenize o *futuro* que eventualmente lhe seja adverso.

O enfrentamento dessa realidade irá exigir do Estado grande mobilização de recursos e maior participação dos vários órgãos setoriais, dada a pluralidade que conforma este tema. Por outro lado, função do caráter transfronteiriço, a questão exige a ampliação da cooperação internacional, em virtude da ameaça ao bem-estar e à segurança de todo o hemisfério ocidental.

O narcotráfico e a narcoguerrilha são fatos incontestáveis de ameaça à fronteira amazônica. Ao Brasil e a seus governantes caberá a responsabilidade de assegurar que a Soberania e a Integridade Territorial sejam mantidas. A questão será a escolha entre uma atitude passiva, de reação aos acontecimentos, ou uma atitude ativa antecipando-se ao futuro. ●

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AVAROA, Eduardo. *El Narcotráfico y sus influencias en la seguridad hemisférica*. Escuela de Altos Estudios Nacionales. Bolívia 2000.
- BENTO, Claudio Moreira. *História Militar Crítica da Amazônia uma Necessidade*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, Mai. 2000.
- BERLINER, Maria Vélez; LADO, Kristin. *Brasil: La Emergente Superpotência de las drogas*. Revista Occidental. n. 2, a. 13, p. 101-127. Buenos Aires: 1996.
- BRAGA, José Antônio: *Soberania Nacional x Crimes Transnacionais - Participação do Exército no combate aos crimes transnacionais e possibilidade de comprometimento da Soberania Nacional*. ECEME: 1997. Monografia.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de *Lavagem* ou ocultação de bens, direitos e valores e sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos nela previstos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.

- BUARQUE, Cristovam. O mundo para todos. Correio Brasiliense, Brasília, 3 Nov. 2000.
- Câmara dos Deputados - Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico. Relatório Final. Capturado em 3 Fev. 2001. On line. Disponível na Internet <http://www.camara.gov.br/intranet/comissao/index/cpi/relfemnarco.pdf>.
- CARNER, Lydia Soberania Limitada, Modelo Nacional do Século 21? Defesa Nacional, nº 776, p. 19-35, 2º trimestre. 1997.
- CHAGAS, Carlos. Extinção da Soberania: fácil de explicar. Correio Brasiliense, Brasília, 24 Fev. 2000.
- COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia ainda Brasileira - Pressões externas - II*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, Mar. 2000.
- . *A Amazônia ainda Brasileira - Pressões externas - III*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, Abr. 2000
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). ME 21- 253: *Monografias e Estudos de Estado-Maior*. Rio de Janeiro, 1993.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos Doutrinários*. Rio de Janeiro: A Escola, 1998.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. IP 30-2: *Produção do Conhecimento de Inteligência*. (Instruções Provisórias). 1. ed. Brasília, 1997.
- FRIEDE, Reis. *Limites da Soberania Nacional no Cenário Internacional*. A Defesa Nacional, nº 760, p. 65-82 Abr-Jun, 1993.
- GRUMBACH, Raul José dos Santos. *Prospectiva ciência do Futuro - A Chave para o Planejamento Estratégico*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Catau, 1997.
- GUARNIZO, Miguel Ernesto Pérez. *O desenvolvimento estratégico das FARC*. (ECEME: 2000 - Monografia). *Informe Mundial sobre las Drogas*, 2000. Capturado em 23 de janeiro de 2001. On line. Disponível na Internet <http://www.undcp.org/wdr-highlights-2000-es.html>.
- Internacional Narcotics Control Strategy Report*. Realizado por U.S. Department of State. Washington, DC. Capturado em 2 de janeiro de 2001. On line. Disponível na Internet <http://www.state.gov/www/global/narcotics-law/1999-narcreport/>
- MAGALHÃES, Mário. EUA temem expansão do tráfico no Brasil. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 Nov. 2000.
- MELO, Edson Alberto de. *Ameaças à Soberania Amazônica*. ECEME: 1994. Monografia.
- MENDEL, Willian W. *A Amazônia Brasileira: Controlando a Hidra*. Military Review. Edição Brasileira. 2º trimestre, p. 64-75. 2000.
- NERY, Geraldo Luiz; PAMPLONA, Frederico; VANDELLI, Nelsimar Moura et al. Coletânea VI: Amazônia I. 2. ed. Rio de Janeiro: Touari, 1999.
- NETO, Manoel Soriano. *Soberania, Soberania Limitada, Dever de Ingerência, Intervenção Humanitária*. A Defesa Nacional nº 761, p. 19-27 Jul-Set, 1993.